

As fronteiras porosas da história e da ficção



A desintegração da persistência da memória, de Salvador Dalí, 1952-1954, óleo sobre tela, fotografia (detalhe).

Júlio Pimentel Pinto

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do curso de graduação em História e do Programa de Pós-graduação em História Social da USP. Autor, entre outros livros, de *Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. juliop@usp.br

As fronteiras porosas da história e da ficção*

Porous borders between history and fiction

Júlio Pimentel Pinto



Na abertura de um belo livro, Beatriz Sarlo diz que todo livro começa como desejo de outros livros. Acho que toda palestra também. É assim com esta palestra, e não por acaso ela se inicia com a menção a Sarlo. Porque esta palestra nasce de uma palavra a que ela recorre em outro livro para designar como certo ficcionista argentino se posiciona em relação à história e à vida real.

Deixemos de mistérios, até porque eles são facilmente solucionáveis: o ficcionista argentino, claro, é Jorge Luis Borges; o livro de Sarlo se chama *Un escritor en las orillas*¹, e a palavra que gerou esta palestra é a que está no título da obra: *orilla*. É fácil e difícil traduzi-la. O tradutor do livro para o português optou – parece que por insistência da própria Beatriz Sarlo – por “periferia”, buscando um sentido que presta mais conta a questões ideológicas e a alguma aproximação teórica do que à forma como o termo é empregado na obra.

Também seria possível traduzir “orilla” por “margem”, assegurando sua dimensão de passagem e afirmando a dupla carga estilística da palavra: margem, afinal, pode ser simultaneamente metáfora e metonímia. Como metáfora, é o território afastado do centro. Se metonímia, e falando de livros, são as bordas das páginas, onde fazemos anotações adequadamente chamadas de *marginália*. Margem é palavra bonita e forte que já apareceu no título de um dos mais belos contos brasileiros do XX – “A terceira margem do rio”², que trata de uma margem metafórica e metonímica, extraordinária e insuspeita: aquela que talvez mais se preste a balizar e a mover as pessoas. Margem também já esteve no centro de uma guinada semântica de grande impacto nas artes visuais brasileiras, quando Hélio Oiticica, há quase sessenta anos, propôs que a saída do túnel escuro em que nos encontrávamos estava fora da ordem e nos alertou para o horror que se abrigara no centro dessa mesma ordem.

Uma terceira palavra – e com ela, prometo, encerro este longo volteio digressivo – também pode equivaler, no português, a “*orilla*”: *fronteira*. E vocês já devem ter notado que foi minha escolha para o título da palestra. “*Fronteira*”, no entanto, traz um risco: pode sugerir mais delimitação do que encontro, mais barreira do que conexão. É verdade: desejamos ultrapassar fronteiras, mas tememos a travessia. Tememos os impasses no momento exato de

* Palestra presencial que corresponde à aula magna que, em 11 de setembro de 2024, marcou a abertura do segundo semestre letivo do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e foi destinada a mestrandos, doutorandos, docentes e ao público em geral.

¹ SARLO, Beatriz. *Un escritor en las orillas*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1998 [1993].

² ROSA, João Guimarães. *A terceira margem do rio*. In: *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 2, 1994 [1962].

pisar o outro lado da linha. O risco do descompasso. A dificuldade de se comunicar com aqueles que habitam o outro lado. Metafóricos ou reais – quem nunca hesitou ante um funcionário de alfândega ou controle de passaporte? –, esses medos são parte do fascínio. Então, fazemos o cálculo: vale a pena?

No caso de historiadores que desejam penetrar surdamente no reino da ficção, o que posso lhes dizer – e acho que foi por isso que me honraram com o convite para estar aqui hoje à noite – é que vale. Vou e volto nessa fronteira por prazer a vida toda, e por ofício há trinta e cinco anos, quando ainda pesquisava história política – era outra encarnação – e publiquei um primeiro artigo sobre o tema, que hoje prudentemente não releio. Só que é preciso enfatizar: *orillas*, fronteiras, são porosas. Claro que, nelas, enfrentamos problemas de comunicação, às vezes carência de solo firme, um ou outro preconceito de quem prefere o centro às margens, barreiras aqui e ali. Prevalece, porém, a porosidade: aquela condição que confirma a iminência da mistura, da combinação, da permuta. Do encontro e do diálogo.

Trinta e tantos anos atrás não era assim. Quarenta e poucos, menos ainda. Foi justamente há quarenta e poucos, entre o final da década de 1970 e o início da de 1980, que Maria Stella Martins Bresciani e Nicolau Sevcenko³ escreveram trabalhos célebres que buscavam – cada um a seu modo e um bem diferente do outro – promover o trânsito entre os campos disciplinares da história e dos estudos literários. Reparem que agora usei “campos disciplinares”, e o fiz justamente para que lembrássemos do importante alerta de Nietzsche, que parafraseio aqui: as disciplinas se definem mais por seus limites do que por seus princípios. É importante evitarmos tal restrição.

E os limites então eram férreos; a porosidade, mínima. Stella e Nicolau, entretanto, estavam lá e faziam questão de lembrar a todos que o principal historiador brasileiro também havia sido, e nunca deixara de ser, crítico literário. A participação de Sérgio Buarque de Holanda na banca de defesa do doutorado de Nicolau foi, inclusive, e talvez simbolicamente, sua última atuação acadêmica. Lembrar que, em 1942, Lucien Febvre publicara um estudo acerca da descrença no século XVI, e esse estudo partia de um escritor: François Rabelais.⁴ Que – esse pedaço, acrescento eu – desde a metade dos anos 1960 Foucault colocara em cena a questão da produção de significados num livro que eu escolheria sem hesitar – e contra a opinião do próprio Foucault – como um dos mais decisivos da segunda metade do XX: *As palavras e as coisas*.⁵ Que desde o início da década de 1970 o debate historiográfico invadia, sob o signo da discussão acerca da narrativa histórica, diversos territórios com os quais se confinava. Que Braudel já alertara, lá atrás, que tudo é história ou que tudo pode ser história, que a história pode perder certos pudores e lançar-se – nunca mais trem, como sugeriu a antiga metáfora horrorosa e teleológica do “trem da história” – como um barco bêbado na direção do incerto, embriagado do outro – menos Lênin, mais Rimbaud –, sabendo, tal qual soube Rosa Luxem-



³ Ver BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982, e SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴ Ver FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1942].

⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987 [1966].

burgo, que ao navegar é preciso conseguir ler os movimentos das marés e das tempestades, não impor à embarcação o rumo que previamente supomos correto.

Soltar amarras, abrir caminhos, ultrapassar. Sair do centro, buscar a margem, escrever e inscrever-se na marginalia, fora da ordem historiográfica que prevalecia. Misturar-se, combinar-se. Dialogar.

Claro que se fala aqui – e, não por acaso, citei dois historiadores tão cuidadosos como Stella Bresciani e Nicolau Sevcenko – de um diálogo construído com rigor e com respeito à dinâmica e ao universo que pretendemos percorrer. Ou, em termos diretos, não podemos supor que nossas referências e nossos princípios, de historiadores, nossas leituras e nossas categorias de análise e de interpretação, nossa metodologia e nossos horizontes teóricos possam ser simplesmente transpostos e impostos a outras áreas de estudo. Circular é também aceitar absorver – olhem aí, mais uma vez, a metáfora da porosidade – o que nos é, ou até então nos era, estranho, estrangeiro. Caso contrário, faremos da ficção um apêndice de nossas discussões historiográficas, uma ilustração, um exemplo. O resultado desse uso acessório da ficção pela história pode ser até um texto agradável, bem-feito, mas que não procurou, hora nenhuma, integrar de fato duas narrativas, ajustar as regras de uma às da outra, lidar com suas especificidades e incríveis capacidades.

Se nós, historiadores, vez ou outra, usamos instrumentalmente a ficção, a mesma coisa pode acontecer entre os estudiosos das Letras. A eles também ocorre, felizmente hoje com menos frequência do que antes, buscar a história de maneira tímida e simplificadora, para “contextualizar” uma obra ou um autor, sem saber que a noção de “contexto”, já exaustivamente matizada e problematizada, não é neutra, não garante a verdade nem válida e explica. Contexto, mostrou Dominick LaCapra, também é texto, também é discurso construído⁶, também é produção de significado, e não o referente no seu estado bruto, intocado.

Não. Se estamos falando de diálogos, fronteiras porosas e assemelhados, é preciso ir mais longe. O historiador tem que ler teoria e crítica literária, o estudioso das Letras tem que conhecer teoria e metodologia da história. A teoria é o que pode oferecer uma linguagem comum, o idioma-base da conversação. Idioma que evita gafes grosseiras, que permite ultrapassar – porque linguagem é mais fundação que expressão – o manejo de um conjunto restrito de conceitos e explorar novas possibilidades analíticas e interpretativas.

A teoria como idioma: um idioma de passagem, um idioma de transição, que atenua, sem apagar, as diferenças entre os falantes. Porque também não custa dizer de novo (quase todo mundo já disse): história não é ficção, ficção não é história. Limítrofes, claro, não iguais. Ambas produzidas em bases discursivas, escritas, embora com compromissos diferentes. Na história, o compromisso é com a verdade – uma verdade que depende de adjetivações (possível, conjuntural, comunicativa, tangível, provisória, etc.), porém sempre verdade, a última versão acessível da verdade. Na ficção, a imaginação dilui

⁶ Ver LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

os limites discursivos e mantém válida a diferenciação aristotélica: alguns contam o que aconteceu e outros sondam o que poderia ter acontecido.

Melhor assim, porque aprendemos mais com o diferente do que com aquele a quem pretendemos nos igualar. Melhor assim, porque a diferença é também a condição do estranhamento, do estrangeirismo. Podemos até barcos bêbados, nos embriagar do outro, mas não nos tornamos o outro. O estranhamento, inclusive, é mais do que uma condição inevitável no contato entre duas disciplinas, entre duas formas narrativas. Estranhamento foi, para os formalistas russos, um recurso importante para romper a tirania do hábito e dos gestos e ações mecanizadas e “ressuscitar nossa percepção da vida”.⁷ Para Brecht, o “efeito de estranhamento” era fundamental para desnaturalizar a cena teatral, para retirar de cada acontecimento o que era ou parecia conhecido ou natural e instigar a curiosidade. Estranhar como estratégia compreensível, como ampliação do olhar, para que aquilo que é próximo e habitual se torne distante e inesperado.⁸

Não por acaso, Carlo Ginzburg, em *Olhos de madeira*⁹, que me parece reunir seu melhor ensaísmo, realiza uma rápida exegese da noção de estranhamento para identificar de que maneira um procedimento originalmente literário – derivado de uma reflexão sobre o fazer artístico – migrou seguidamente até se tornar uma “estratégia cognitiva” para pensar o passado e não “banalizar a realidade”. Tampouco foi por acaso que Ginzburg, no ensaio de abertura desse livro, baseou grande parte de sua discussão numa passagem do segundo volume de *À procura do tempo perdido*, de Proust. A ficção, essa vizinha simultaneamente familiar e estranha, oferece à história uma referência – referência e diferença – que nos ajuda a compreender um pouco melhor nosso ofício. Ou, mais do que o ofício, o olhar que podemos lançar aos nossos objetos, ao mundo que nos rodeia, ao passado e ao presente, às múltiplas temporalidades que dialogam incessantemente.

David Lowenthal escreveu, num livro que deveria ser lido e relido desde a educação infantil até o décimo-quarto pós-doutorado, que o passado “está em toda parte”, mas é “uma terra estrangeira”.¹⁰ Sejam marginais, sejam fronteirizos, sejam estrangeiros. Não importa que seu objeto de estudo não seja a literatura. O exercício do estranhamento que a leitura da ficção promove sempre estimula novos olhares. A ficção, afinal, estetiza o real para assimilá-lo. Para usar a fórmula com que Sartre se referiu a Flaubert, a ficção quer “compreender o mundo ao seu redor, [...] captá-lo pela minúcia da linguagem, [...] alcançar sua inalcançável verdade”.¹¹ “Alcançar a inalcançável verdade”: o estranhamento também reside nos paradoxos. Nós, historiadores, buscamos a verdade, insistimos em nos aproximar dela, no entanto já aprendemos com Pôncio Pilatos e com Noel Rosa que ela mora num poço: viva, concreta, porém inacessível na sua totalidade, na sua plenitude; logo, incons-

⁷ CHKLOVSKI, Victor. A arte como procedimento [1917]. In: TODOROV, Tzvetan. *Teoria da literatura: textos dos formalistas russos*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁸ Ver BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978 [1963-1964].

⁹ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1998].

¹⁰ LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. XV-XVI.

¹¹ SARTRE, Jean-Paul. *L'idiote de la famille*. Paris: Gallimard, 1971, v. 1, p. 114.



tante, instável. Isso não impede que prossigamos na busca; talvez até nos instigue mais, nos provoque mais. Nos faça perceber que a impureza da verdade que manejamos – assim como a impureza da razão que tentamos impor ao passado e ao presente – revela sem disfarces nossa condição de estranhos, de estrangeiros.

A discussão sobre nosso estrangeirismo em face da ficção é longa e poderia derivar para todo tipo de inquietação – por exemplo, como lidar com os anacronismos que a ficção oferece ou com nossa dificuldade, de historiadores, de encarar os anacronismos em geral e de reconhecer sua inevitabilidade e até sua necessidade?¹² Ou: como nos contrapormos às exauridas metáforas – a maioria delas, de origem ilustrada – que afetam e atrapalham o diálogo entre ficção e história, como “espelhamento”, “reflexo”, etc.? Mais uma: como entabular um diálogo direto entre ficção e história sem recorrer à mediação da sociologia e das balizas, em geral de extração marxista, que estabelecem – retomando uma tradição decisiva na discussão brasileira sobre ficção e história, iniciada por Antonio Candido – a categoria “sociedade” como eixo irrefutável (e limitador)? Como trabalhar, a partir da história, as “escritas de si”, hoje tão presentes na ficção?

Não se exasperem, não vou detalhar nenhum desses dilemas: já estou perto do fim. Só vou retomar o início para insistir um pouco mais no valor do estranhamento. Sair do centro e buscar as margens, as fronteiras, implica deslocar-se. Deslocar-se, por sua vez, é ressituar a si mesmo, colocar-se num outro lugar que, por sua vez, permite nova perspectiva. É com isso que o debate sobre a porosidade da fronteira da ficção com a história se relaciona. A história, já disse Didi-Huberman, é um quebra-cabeça. Montamos, desmontamos, remontamos. A história, também disse Didi-Huberman, é um caleidoscópio.¹³ A cada giro do cilindro, os cristais se redistribuem, se acomodam e compõem um desenho novo e provisório, cada desenho partindo dos mesmos elementos dos anteriores para desembocar numa combinação inesperada. O tempo, nossa matéria principal, é polirrítmico, e a simultaneidade já substituiu, na nossa imaginação, a ilusão da linearidade: como tratar dele? Como tratar a instabilidade da nossa relação com o passado, a impertinência dos documentos que desafiam as convicções prévias, a incessante variação teórica? Como enfrentar a exigência que outras narrativas e linguagens impõem? Com a alternância entre diferença e repetição (variante)?¹⁴

É óbvio que não sei responder nenhuma dessas questões. Gosto, no entanto, de repetir os versos do maior brasileiro vivo: “Quando penso no futuro, não esqueço meu passado”.¹⁵ E meu passado, nosso passado, nosso presente, é repleto de momentos incompreensíveis, de verdades inalcançáveis. Isso não impede que tentemos alcançá-las. E, no outono dos meus sessenta anos, se algo aprendi foi que recusar a familiaridade e se sentir estranho é um bom caminho. Talvez por isso a leitura da ficção seja uma necessidade para histori-

¹² Ver LORAUX, Nicole. Éloge de l'anachronisme en histoire. *Le Genre Humain*, n. 27, Paris, 1993, DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps: histoire de l'art et anachronisme des images*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000, e PREMAT, Julio. *Non nova sed nove: inactualidades, anacronismos, resistencias*. Roma: Quodlibet, 2018.

¹³ Ver DIDI-HUBERMAN, Georges, *op. cit.*

¹⁴ Cf. DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1968].

¹⁵ “A dança da solidão” (Paulinho da Viola), Paulinho da Viola. *A dança da solidão*. LP Odeon, 1972.

adores – mais que isso: uma urgência. Foucault nos avisou: tudo que já foi pensado pode ser novamente pensado por um pensamento que ainda não veio à luz: o limite do pensado é o pensável. E para pensarmos de novo, para reinventarmos inclusive a nós mesmos, vale a pena buscarmos as margens, circularmos por fronteiras porosas.

Este é o convite que lhes faço, em resposta ao honroso convite que me fizeram para estar aqui nessa noite. Nos movamos pelas fronteiras porosas, um pé de cada lado e um pouco suspensos no ar: assim podemos olhar o outro de maneira inesperada e concluir que, afinal de contas, é na diferença, só na diferença, que se encontra a beleza.

Muito obrigado.

Texto recebido em 27 de setembro de 2024. Aprovado em 17 de outubro de 2024.